4 — Ambas as partes têm os deveres e direitos de consulta e informação recíprocos, bem como de pronúncia sobre o eventual incumprimento do Acordo.

5 — O incumprimento por qualquer das partes outorgantes das obrigações constantes no presente Acordo confere, à parte não faltosa, o direito à resolução do mesmo.

Cláusula 6.ª

Prazo de vigência

O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura e vigora até à receção da empreitada.

O presente Acordo de Colaboração é celebrado em dois exemplares originais, ficando um na posse do Ministério da Educação e outro na posse do Município de Cuba.

29 de junho de 2017. — A Secretária de Estado Adjunta e da Educação, *Alexandra Ludomila Ribeiro Fernandes Leitão.* — O Presidente da Câmara Municipal de Cuba, *João Manuel Casaca Português*.

310619565

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

Despacho n.º 6168/2017

Nos termos do disposto na alínea *b*), do n.º 1, e do n.º 2, do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 9 de março de 2017, foi deferido a consolidação da mobilidade na categoria da técnica superior Sara Isabel Feio Pinto de Araújo Gomes, nos termos do artigo 99.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, mantendo a 2.ª posição remuneratória, com produção de efeitos a 1 de abril de 2017.

5 de maio de 2017. — O Subdiretor-Geral, *Fernando Catarino José*.

310615693

Despacho n.º 6169/2017

Nos termos do disposto na alínea *b*), do n.º 1, e do n.º 2, do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 18 de abril de 2017, foi deferido a consolidação da mobilidade na categoria da técnica superior Patrícia dos Santos Gaia, nos termos do artigo 99.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, mantendo a 2.ª posição remuneratória, com produção de efeitos a 1 de fevereiro de 2017.

5 de maio de 2017. — O Subdiretor-Geral, *Fernando Catarino José*.

310615977

Despacho n.º 6170/2017

Nos termos do disposto na alínea *b*), do n.º 1, e do n.º 2, do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 28 de abril de 2017, foi deferido a consolidação da mobilidade na categoria da técnica superior Sónia Maria da Silva Mota Bartolomeu, nos termos do artigo 99.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, mantendo a posição remuneratória, entre a 4.ª e a 5.ª, com produção de efeitos a 1 de maio de 2017.

5 de maio de 2017. — O Subdiretor-Geral, *Fernando Catarino José*.

310615669

Despacho n.º 6171/2017

Nos termos do disposto na alínea *b*), do n.º 1, e do n.º 2, do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 28 de abril de 2017, foi deferido a consolidação da mobilidade na categoria da técnica superior Isabel Maria da Silva Caldeira de Magalhães, nos termos do artigo 99.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, mantendo a posição remuneratória, entre a 3.ª e a 4.ª, com produção de efeitos a 1 de fevereiro de 2017.

5 de maio de 2017. — O Subdiretor-Geral, *Fernando Catarino José*.

310615636

Despacho n.º 6172/2017

Considerando que se encontra vago o cargo de chefe de divisão de Condições Gerais de Trabalho, unidade orgânica flexível criada pelo Despacho n.º 24 635/2007, de 26 de outubro, integrada na direção de serviços de Condições de Trabalho, unidade orgânica criada pela Portaria n.º 633/2007, de 30 de maio, que regula a estrutura nuclear da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho;

Considerando que o n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, permite que os cargos dirigentes sejam exercidos em regime de substituição no caso de vacatura do lugar;

Designo, em regime de substituição, ao abrigo do n.º 9 do artigo 21.º e do n.º 1 do artigo 27.º do diploma citado, chefe de divisão de Condições Gerais de Trabalho a mestre Sónia Duarte Afonso, do mapa de pessoal da Direção-Geral de Política de Justiça, a qual possui todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo.

A presente designação produz efeitos desde 1 de maio de 2017.

4 de julho de 2017. — O Subdiretor-Geral, *Fernando Catarino José*.

ANEXO

Síntese curricular

Nome: Sónia Duarte Afonso

Data de nascimento/naturalidade: 6 de agosto de 1972 — Lisboa

Habilitações académicas:

Mestre em Direito Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (2012)

Pós-Graduação de Especialização em Ciências Jurídico-Administrativas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2007)

Pós-Graduação em Estudos Europeus pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2001)

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Lusíada (1996)

Atividade profissional:

Desde novembro/2015 — Técnica Superior do Gabinete de Relações Internacionais da Direção-Geral da Política de Justiça (Ministério da Justiça). Principais responsabilidades: acompanhamento dos trabalhos de elaboração de um instrumento jurídico sobre reconhecimento e execução de sentenças estrangeiras em matéria civil e comercial («*Judgments Project*») no âmbito da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado. Agente do Estado Português junto do Tribunal de Justiça da União. Participação na preparação do 1.º relatório de Portugal sobre a aplicação da Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados. Elaboração de reposta adicional de Portugal à Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Acompanhamento da Agenda 2030.

Novembro/2014 a outubro/2015 — Técnica especialista do Gabinete da Ministra da Agricultura e do Mar (XIX Governo Constitucional).

Dezembro/2013 a outubro/2014 — Técnica especialista do Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural (XIX Governo Constitucional).

Outubro/2010 a novembro/2013 — Técnica Superior do Gabinete de Relações Internacionais da Direção-Geral da Política de Justiça (Ministério da Justiça). Principais responsabilidades: negociação de propostas legislativas da União Europeia no domínio da justiça civil e comercial, agente do Estado Português junto do Tribunal de Justiça da União, participação na Comissão Especial sobre Escolha de Lei nos

Contratos Internacionais da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado.

Fevereiro/2010 a setembro/2010 — Técnica Superior da Direção de Serviços Jurídicos do Gabinete de Planeamento e Políticas (Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas). Principais responsabilidades: preparação de legislação na área dos regimes de apoio direto no âmbito da política agrícola comum e do regime temporário de reestruturação da indústria açucareira, participação nos grupos de trabalho para a revisão do sistema de seguros agrícolas e para a criação da bolsa nacional de terras para utilização agrícola, florestal ou silvopastoril («Bolsa de terras»), acompanhamento da notificação do auxílio de estado consubstanciado nas medidas destinadas à utilização sustentável das terras florestais do PRODER.

Março/2005 a janeiro de 2010 — Técnica Superior da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social). Principais responsabilidades: negociação de propostas legislativas da União Europeia na área das condições de trabalho, preparação de regulamentação relativa às organizações representativas dos trabalhadores e dos empregadores e às condições de trabalho.

De março de 2001 a março de 2005 — Oficial dos registos e do notariado.

De abril de 1997 a fevereiro de 1999 — Estágio e exercício de advocacia.

310615814

SAÚDE

Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.

Aviso n.º 7900/2017

Torna-se público que, por despacho de 23 de junho de 2017, da Presidente do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, Sandra Isabel Neves Camacho concluiu com sucesso o período experimental na carreira e categoria de técnico superior, com a avaliação final de 18,47 valores (dezoito valores e quarenta e sete centésimas), após ter celebrado com este instituto público um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

23 de junho de 2017. — A Diretora do Departamento de Gestão e Administração Geral, *Manuela Carvalho*.

310593475

Aviso n.º 7901/2017

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho de 2016, torna-se pública a cessação da relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, da trabalhadora Isabel Margarida Rodrigues Rosendo, técnica superior, posição remuneratória 5, nível remuneratório 27, com efeitos a 15 de dezembro de 2016, por denúncia do contrato de trabalho em período experimental e da trabalhadora Susana Maria Barreto Gamito Pires, técnica superior, posição remuneratória 2, nível 15, com efeitos a 29 de maio de 2017, por denúncia do contrato de trabalho em período experimental.

23 de junho de 2017. — A Diretora do Departamento de Gestão e Administração Geral, *Manuela Carvalho*.

310593523

Aviso n.º 7902/2017

Torna-se público que, por despacho de 23 de junho de 2017, da Presidente do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, Catarina Filipa Silva Martins concluiu com sucesso o período experimental na carreira e categoria de técnico superior, com a avaliação final de 18,07 valores (dezoito valores e sete centésimas), após ter celebrado com este instituto público um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

23 de junho de 2017. — A Diretora do Departamento de Gestão e Administração Geral, *Manuela Carvalho*.

310593491

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

Aviso n.º 7903/2017

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que:

Por despachos n.os 443 e 444/2017-SEAP de Sua Exa. a Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, de 11-05-2017, respetivamente, com a concordância de Sua Exa. o Senhor Secretário de Estado da Saúde, através de despachos datados de 03-04-2017, foi autorizada a consolidação dos acordos de cedência de interesse público das Assistentes Técnicas Marisa Isabel Coelho Moreira, posição remuneratória entre a 1.ª e a 2.ª, nível remuneratório entre o 5 e o 7, e Lurdes Maria Guarda Duque Brogueira, posição remuneratória entre a 1.ª e a 2.ª, nível remuneratório entre o 5 e o 7, pertencentes ao mapa de pessoal do Centro Hospitalar de Leiria, E. P. E., no mapa de pessoal do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Litoral, desta ARS, nos termos do artigo 99.º, n.os 9 e 10, da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a 31-05-2017;

Por despacho n.º 462/2017-SEAP de Sua Exa. a Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, de 18-05-2017, com a concordância de Sua Exa. o Senhor Secretário de Estado da Saúde, através de despacho datado de 20-04-2017, foi autorizada a consolidação do acordo de cedência de interesse público da Assistente Técnica Idália Maria Mendes Gonçalves Junqueira, posição remuneratória entre a 1.ª e a 2.ª, nível remuneratório entre o 5 e o 7, pertencente ao mapa de pessoal do Instituto Politécnico de Leiria, no mapa de pessoal do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Litoral, desta ARS, nos termos do artigo 99.º, n.os 9 e 10, da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a 14-04-2017.

31 de maio de 2017. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARS Centro, I. P., *José Manuel Azenha Tereso*.

310554498

Aviso n.º 7904/2017

Por deliberação do Conselho Diretivo da ARS Centro, I. P., de 18 de maio de 2017 e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2013, de 7 de outubro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 239/2015, de 14 de outubro, foram designados vogais do conselho clínico e de saúde do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga, José Manuel Vera Cruz Félix, assistente graduado de clínica geral, Cláudia Jesus Gouveia Galvão Morais Soares Carqueija, assistente principal de saúde, ramo farmácia, Ana Isabel Gomes de Sá, enfermeira chefe, especialidade de saúde pública, e Maria Irene Pereira Francisco, Assistente Graduada Sénior de Saúde Pública, cujas notas curriculares se anexam.

16 de junho de 2017. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARS Centro, I. P., *José Manuel Azenha Tereso*.

Notas curriculares

Dados pessoais:

Nome completo: José Manuel Vera-Cruz Félix
Naturalidade: Glória — Aveiro
Cidadania: Portuguesa
NIF: 160144124
BI: 3165018
Residência: Rua Dr. Luís Braz de Abreu, 15, 1.º, Esq. — Aveiro

Elementos Científicos:

1978 — Licenciado em Medicina, pela Universidade do Porto.